

Literatura e engajamento em José Saramago¹

Literature and engagement in José Saramago

Pedro Fernandes de Oliveira Neto 

Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA – Rio Grande do Norte – Brasil



Resumo: O engajamento de José Saramago, termo recuperado com o sentido proposto por Jean-Paul Sartre (2014), reside, não apenas na sua atitude de quem se posiciona ativamente frente às mais diferentes questões e ações públicas, mas pela reelaboração da escrita e pela atitude de trazer na sua narrativa o que diz respeito ao solo social e político. A partir do *Ensaio sobre a lucidez* e da revisão do conceito de ideologia à luz de autores como Althusser (1996), Eagleton (2011), White (2001) e Žižek (1996), este texto apresenta uma leitura de como o escritor elabora o que propomos como um novo modelo ideológico e as implicações na sua obra. Os resultados dessa discussão apontam que a nova formação ideológica proposta pelo escritor se define pela fuga constante da asfixia da alienação, dada pela reflexão, a indignação e a constante reinvenção como signos para uma construção possível de novas formas de habitar o mundo; isso porque entende ele que a literatura não é nem mais nem menos que parte da vida e deve, portanto, ser lugar de debate acerca das premissas que estruturam e legitimam os jogos ideológicos que regem os gestos e as atitudes humanas que por fim constituem a sociedade.

Palavras-chave: Literatura. Ideologia. Engajamento. José Saramago.

Abstract: José Saramago's engagement, a term recovered with the meaning proposed by Jean-Paul Sartre (2014), resides not only in his attitude of actively positioning himself in the most different public issues and actions, but in the rewriting of writing and by the attitude of bringing in its narrative what concerns the social and political questions. From *Ensaio sobre a Lucidez* and the revision of the concept of ideology in the light of authors such as Althusser (1996), Eagleton (2011), White (2001) and Žižek (1996), this text presents a reading of how the writer elaborates that we propose as a new ideological model and the implications on his work. The results of this discussion indicate that the new ideological formation proposed by the writer is defined by the constant escape from the asphyxiation of alienation, given by reflection, indignation and constant reinvention as signs for a possible construction of new ways of inhabiting the world. This is because he understands that literature is no more or less than part of life and should therefore be a place of debate about the premises that structure and legitimize the ideological games that govern human gestures and attitudes that ultimately constitute society.

Keywords: Literature. Ideology. Engagement. Jose Saramago.

¹ As reflexões propostas neste texto formam parte de um conjunto de três textos acerca do tema da ideologia na literatura de José Saramago, sendo uma primeira versão apresentada na edição n. 11 (maio de 2012) da revista *Crioula*. Na ocasião, a proposta foi reavaliar uma posição entrevista num texto de Teresa Cristina Cerdeira, "José Saramago ou o romance contra a ideologia", publicado nos Anais do II Encontro Nacional de Professores de Letras e Artes (Essentia Editora, 2004). Este que agora se publica é segundo texto e nele ampliamos, não sem recuperar partes do primeiro, a compreensão sobre conceito de ideologia, situados, portanto, fora do eixo revisor do termo-questão e apontando para os lugares que consistem no que podemos nos referir como *ideologia saramaguiana*. Um deles responde pelo termo *engajamento*.

1 Introdução

O problema da ideologia ressalta o fato de que não há qualquer modo de valor neutro de urdidura de enredo, explicação ou até mesmo descrição de qualquer campo de eventos, quer imaginários quer reais, e sugere que o próprio uso da linguagem implica ou acarreta uma postura específica perante o mundo que é ética, ideológica, ou política de um modo mais geral: não apenas toda interpretação, mas também toda linguagem, é contaminada politicamente. (WHITE, 2001, p.145).

Embora José Saramago não elabore previamente o que poderíamos chamar por projeto literário, anseia a construção de um modelo ideológico para a literatura que venha considerar uma nova atitude em face do mundo. É verdade que o escritor disse, não poucas vezes, que a literatura não tem o poder de mudar nada². Mas, sua obra e sua atuação enquanto sujeito político apontam uma direção oposta. O *engajamento* saramaguiano reside, primeiro, na sua atitude enquanto homem de ideias, pela posição ativa frente às mais diferentes questões socio-históricas, e segundo, no seu ato de escrita, e a atitude de trazer à discussão pela narrativa o que diz respeito a este seu tempo. Não que uma obra literária seja destituída de quaisquer relações com o meio em que é construída, mas a obra saramaguiana se insere entre as criações que vêm cobrar do leitor novos estatutos acerca da ordem das coisas e conseqüentemente uma posição ativa e multissignificativa acerca de seu lugar histórico-social.

Parece que Saramago – e aqui não estamos evidentemente negando sua relação singular com o comunismo e nem fazendo dessa relação ponto de partida para o entendimento em formulação –, constitui pela sua posição à frente do que se passa no mundo e pelo trabalho da escrita, instrumentos conscientes e de

conscientização sobre as formas e os modos de interpretação convencionais daquilo que enforma a realidade, entendendo por este termo, todo material *exterior* ao texto mas que nele interfere de alguma maneira. Tal condição não o coloca simplesmente na posição de recusa, mas na posição de lugar vazio, de onde lhe é possível a instauração de um conjunto outro de verdades sobre o já-estabelecido. Isto é, tomando como pressuposto de que a realidade só existe enquanto “possibilidade simbólica incompleta”, o lugar zero ocupado pela literatura firma-se como leitura dos modelos de representação da realidade, o que lhe é insuficiente, só constituindo sentido a partir do instante em que se porta como elemento também enformador da conjuntura do real. O lugar vazio é um instante, é uma falha, abeberando-se da fonte lacaniana; tão logo o escritor desenvolve essa consciência frente ao mundo e ele formula uma resposta se forma outro campo ideológico. Isto é, o estar “contra a ideologia” é também ideologia. Tudo o que se afirmar distinguindo-se da ideologia tem seu fim noutra ideologia. Não negamos com isso o caráter paradoxal da literatura. É literatura aquele texto que tem a linguagem como um problema. Mas, no caso de José Saramago, não é apenas isso: pela criação *passam* a posição do criador sobre o mundo. Isto é, o literário se filia, de alguma maneira, a um princípio universal dos discursos: sendo estas linguagem, nenhuma linguagem é força neutra de ideologia, tal como sugere a reflexão de Hyden White na abertura deste texto, ou como pensou antes, Mikhail Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Para Barthes, a ideologia é a ideia enquanto forma de dominação. Ao se constituir em paradoxo, a literatura põe em causa, em nome de sua ideologia, as ideologias comuns, o afrouxamento dos autoritarismos, porque é seu interesse a

² O leitor pode consultar várias dessas declarações na extensa seleção organizada por Fernando Gómez Aguilera a partir de entrevistas e textos de intervenção proferidos pelo escritor português ao longo de sua vida pública em *As palavras de Saramago* (Companhia das Letras, 2010). Na seção sobre Literatura, por exemplo, é possível pinçar declarações como: “Devemos reconhecer que a literatura não transforma socialmente o mundo” (p. 181-182); “Incluir a literatura entre os agentes de transformação social é uma reflexão ingênua e idealista” (p. 182); “No passado houve a ilusão de que a literatura e a arte podiam mudar a sociedade. Não penso. E vejo isso claramente, porque a evidência mostra que se a arte e a literatura

pudessem modificar a sociedade, as obras-primas literárias, filosóficas, musicais, pictóricas e arquitetônicas de séculos e séculos já a teriam mudado, mas não foi assim” (p. 184); etc. Por sua vez, neste livro-catálogo pode-se encontrar ainda alguns dos fundamentos que justificam, da parte do autor, sua compreensão de uma *literatura engajada*, como em: “A atividade literária pode ser também uma ação política sem deixar de ser literária” (p. 181); “Isso é o prodígio da literatura, poder ser capaz de chegar mais fundo na consciência dos leitores, mesmo falando sobre uma outra coisa” (p. 183).

desconstrução dos paradigmas em detrimento do movimento dialético das formas. “Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem”, como prefere nomear Barthes (1988, p. 16) a literatura, é, contrariando os dizeres do pensador francês, um modelo outro de ideologia gestada num lugar zero. Este lugar não é o fora e nem o dentro da ideologia corrente, mas é o lugar “ocupado por nenhuma realidade positivamente determinada” (ŽIŽEK, 1996, p. 23), o lugar da suspeita, se assim pudermos nomear propriamente o que aqui entendemos por essa *neutralidade* do filósofo esloveno. Por essa razão, ela não se limitará a refletir a ideologia passivamente. A literatura consegue se distanciar do epicentro de atuação da ideologia a ponto de permitir senti-la e observá-la de onde ela surge, conforme crê Terry Eagleton em seu *Marxismo e crítica literária*. Isto é, seu *status* se dá por uma via de mão dupla – desvelar e, por vezes, em simultâneo, velar as coisas.

Poderíamos eleger aqui qualquer um dos romances de José Saramago uma vez que a extensão do seu trabalho se marca como espaço de busca constante por esse novo modelo ideológico. Entretanto, decidimos pelo *Ensaio sobre a lucidez*. Nesse texto reside quase que abertamente como tema central, a recorrente visão que se observa nas suas reflexões sociais e políticas. Se “a ideologia não é”, como quer Eagleton (2011, p. 36), “um conjunto de doutrinas”, se a ideologia “representa a maneira como os homens exercem seus papéis na sociedade de classes, os valores, as ideias e as imagens que os amarram às suas funções sociais e assim evitam que conheçam verdadeiramente a sociedade como um todo”, *Ensaio sobre a lucidez* institui-se como ideológico no sentido de que apresenta a alegoria de uma sociedade na busca do entendimento sobre sua relação com o poder político que a rege, porque suspeita da sua falsidade e incapacidade de atender inteiramente os anseios coletivos. Tudo é gerido tomando como fonte o estágio de crise e mal-estar por que passam o funcionamento das democracias neste entre-séculos. Também nele encontramos

marcadamente a presença daqueles aparelhos definidos por Althusser – os de estado e os ideológicos – em perfeita atuação.

2 Traços da nova ideologia

Ensaio sobre a lucidez é um romance sobre a constatação de que o modelo político vigente na civilização ocidental padece de um desgaste e precisa urgentemente de uma tomada de reflexão por parte dos indivíduos sobre o sentido desse sistema, se ele atende e como atende às expectativas coletivas a partir daquilo que nos é apresentado. O sistema posto em observação e exposto à tentativa de subversão é a democracia. Num dia de votação comum, como os que conhecemos, os funcionários de uma seção eleitoral se deparam com uma situação insólita e que mais tarde se confirma mais espantosa: todos os habitantes da cidade decidiram, por ampla margem, colocar em xeque o processo eleitoral votando, tanto os do partido da direita, do centro e da esquerda em branco; mesmo tendo sido o pleito repetido uma vez mais o número de votos em branco atinge a casa dos “oitenta e três por cento”. A constatação levará o governo ao lado da polícia e de outros órgãos institucionais a instaurar um conjunto de manobras a fim de encontrar entre a população o agente causador do mal branco.

A sociedade porque passa essa situação em muito se assemelha a das democracias vigentes: é regida por um sistema político obsoleto, incapaz de corresponder aos anseios de sua população, mas que é vista pelos que estão no comando e os seus aliados como uma instituição inabalável, exemplar e satisfatória e, por isso mesmo, não carece de discussão. A via pela qual ficamos sabendo que o estágio de comodismo da cidade ficcional corresponde ao momento corrente é dada não pela voz narrativa; é num dos primeiros momentos da primeira fase da eleição, que um dos políticos, personagem do romance, não hesitará em falar a respeito da forte chuva que inunda as ruas no dia do pleito: “Os votantes de meu partido são pessoas que não se amedrontam por tão pouco, não é gente para ficar em casa por causa de quatro míseros pingos de água que caem das

nuvens.” (SARAMAGO, 2006, p. 10). Sua certeza inabalável só pode ser lida pela via de que os dessa cidade não costumam questionar ou se colocar em à frente de decisões conformadas pelo poder dominante. Há, claramente no gesto, uma classe detentora do controle social e uma classe submissa aos mandos.

Mas, tomados por um lampejo casual que, se não renovar a situação colocará, depois de expor a fragilidade do sistema, uma pauta de discussão permanente, todos optam por um boicote ao domínio, reduzindo o resultado da consulta pública a extensa porcentagem de votos em branco. Assim, esse tipo de voto, que representa o vazio, sem valor, e que, apesar do uso não constitui nenhum sentido, adquire outra conotação: do branco, esvaziado, o voto passa a ter um sentido tão mais forte que o voto preenchido, adquire a potência questionadora da ordem. O gesto, entretanto, será recebido pelo Estado por outra via. Ao sentir que o pleito se constituiu numa ameaça ao modelo político, a necessidade será a de impor seu poder, primeiro com uma operação de espionagem, “numa ampla e sistemática acção de infiltração entre a população, a cargo de agentes convenientemente preparados, a qual possa levar-nos ao conhecimento das razões do ocorrido” (SARAMAGO, 2006, p. 40). A trajetória, então se desenha pela via oposta do que designa o sistema democrático, uma vez que tomará o resultado das eleições como balbúrdia, ameaça à sua liberdade de expressão e fará dela um itinerário de cerco, oclusão, a fim de, que no / pelo sufocamento, possa deter os “desmanteladores” e subversivos da ordem.

Paralelo às investigações dá-se um estado de exceção, o que, além de derrubar o próprio sistema democrático põe em xeque a existência dos jornais já abalados pela queda brusca nas vendas. Como a mídia é sempre marcante em todos os atos que condicionam um processo eleitoral, ela é aqui apresentada como um instrumento de controle, assumido pelo comportamento frente às investigações do mal branco; ao sair à cata do maior número de detalhes possíveis sobre o ocorrido e do uso de imagens mais apelativas a título de levantar suas vendas contornam a seu modo a possibilidade de

impor medo sobre a população. Por outro lado, seus atos ainda lhe denunciavam como escrava de seu próprio modelo; se atua ao lado do Estado como instrumento de controle também padece de um estágio de autoimposição do poder capital. O fato é que, no romance, o levante da população se conjuga pela total ignorância ao que dizem os meios de comunicação. O desmantelamento do poder democrático pode, por esse ângulo, ser estendido à desarrumação do modo de aproximação dos indivíduos com a realidade. Ao não se deixar intermediar pela mídia podem eles próprios fazer sua própria realidade. A lucidez, portanto, se instaura como algo muito mais amplo e abrangente que uma chuva de votos brancos, é uma forma de dizer “não”, de uivar – para recuperar a referência da epígrafe que abre esse *Ensaio*, “Uivemos, disse o cão” – contra quaisquer sistemas de controle e destituição dos direitos civis e comunitários. A lucidez se instala como um lugar vazio da ideologia dominante, um lugar onde se dá o reconhecimento da população de que o poder maior que a cerca e cerceia poderia levá-la à morte do princípio social, seja pela manipulação, seja pela bestialidade da diversão gratuita.

É durante o período das investigações que, além de assistirmos a atuação da mídia, damos conta do real poder de controle que o Estado tem sobre os civis. No princípio, quinhentas pessoas são detidas a fim de depor e expor suas respostas, as mais precisas possíveis, às perguntas “como votou, isto é, a que partido deu seu voto” (SARAMAGO, 2006, p. 47); a resposta óbvia, “Votei em branco”, não satisfaz os investigadores que submetem essas pessoas a uma máquina da verdade. Chamamos atenção para o modo como o narrador engendra seu “relato” sobre os fatos, pela veia do estilo saramaguiano, centrada na ironia sobre o poder e o seu uso abusivo – são “quinhentas pessoas retidas, não detidas, note-se bem, aumentando quando fosse necessário a pressão física e psicológica a que já estavam submetidas” (SARAMAGO, 2006, p. 47). Ele elege, portanto, a ênfase como forma de contornar uma representação para a constatação que apresenta na elaboração prévia de seu *Ensaio*. Antônimo da lucidez, o estágio

que toma conta do cenário dominante descamba para a loucura, o desvario, a demência, a cegueira. Submeter um grupo de pessoas a uma máquina da verdade é uma metáfora para tratar do absurdo e da barbárie a que todos poderemos estar reduzidos, uma vez afeitos ao lugar de silenciamentos, de inação, ou de sobre nada questionarmos, em nada nos posicionarmos sobre o que nos cerca, de sempre nos conformarmos com as respostas prontas oferecidas pelo sistema que nos rege mesmo quando este toma posicionamentos que não são os nossos mas interesses escusos, favoráveis a uma minoria constituída, quase sempre, pelos do próprio poder.

Convém pensar, desde já, que a antonímia lucidez/loucura é o signo que inscreve e conduz todas as decisões ao longo dessa narrativa, convidando o leitor, através do gesto irônico do narrador que especula, busca uma resposta para “repensar as estratégias anestésicas que conduzem os homens a aceitar passivamente o inaceitável num século de horrores conscientemente arquitetados e teoricamente justificados” utilizando-nos dos termos de Teresa Cristina Cerdeira no seu texto “Espaços concentracionários e as crises da utopia”. O par vocabular sobre o qual está centrado esse romance conduzirá o escritor a perscrutar a relação democracia/liberdade–ditadura/prisão, apostando que o que separa ambos os estágios é um jogo de fios invisíveis e estes não raras vezes se interseccionam e o primeiro reduz-se no segundo. A palavra é nesse romance um fio espiralar que revê as ideologias; a costurar as imagens que dão o motivo da narrativa, o narrador, no instante que apresenta, denuncia, no instante em que revela, propõe.

Diante do uso do polígrafo, “também conhecido como detector de mentiras” que através do registro em simultâneo das várias “funções psicológicas e fisiológicas” (SARAMAGO, 2006, p.53), Saramago apresenta outra crítica: esta se dirige ao trabalho ideológico da ciência, que em não raros casos, também atua no serviço dos aparelhos de repressão. Mesmo que “a fiabilidade da máquina tivesse sido posta em dúvida pelos especialistas da escola céptica e alguns tribunais se recusassem a admitir como prova

os resultados obtidos nos exames” (SARAMAGO, 2006, p. 52 e 53), ela porá os quinhentos detidos sob sua custódia. A intolerância sobre a qual reflete o escritor cumpre o papel de levar o leitor a refletir sobre um dos mecanismos mais sofisticados da ideologia emanada dos aparelhos de controle: a noção de verdade, dotada ela de toda a dureza cartesiana do cientificismo cego. O uso do polígrafo, recurso científico, utilizado para a justificação de uma suposta verdade, transforma-se, no romance, em ferramenta eficaz para garantir o domínio do Estado que defende a sempre ideia de achar um verdadeiro culpado pelo desfecho das eleições.

A dignidade humana é integralmente destituída e o que serve aos olhos do poder é apenas uma “tira de papel impregnado de iodeto de potássio e amido” (SARAMAGO, 2006, p. 53). A máquina diseca a consciência e propõe um desenho racional da emoção. É a que faz ver para crer; é a que aliena o homem; a que reduz o homem à perda da sua faculdade mental em detrimento da condição estabelecida pela verdade impressa. Notemos que ela constrói uma *apartheid* entre as pessoas; quem possui o controle da máquina, o operador do polígrafo, é quem se julga superior a tudo e a todos, o detentor de uma verdade inabalável. Antes disso, a máquina é utilizada para colocar uns contra os outros numa tarefa de, pelo atordoamento das consciências, desestruturar a unidade coletiva. Mas, os indivíduos permanecem articulados, agora, sem deixar de responder às excrescências do Estado.

Ao decretar o estado de sítio como justificativa de garantir o bem-estar da população e do Estado, a questão passa a uma esfera particular: prevalece o interesse daqueles que se veem donos do poder. A justificativa do bem-estar comum é mera desculpa para o caso. Deste modo, o romance sinaliza para o real sentido das democracias: tem-se perdido um interesse na coletividade em detrimento do bem individual e mais, aponta para o risco iminente a que estão expostos todos aqueles que acreditam que o simples fato imaginário de viver numa democracia é o suficiente para gozar de suas liberdades enquanto cidadãos. E em nome de demonstrar o que realmente deve significar uma ordem democrática, os habitantes

desta cidade sitiada recorrerão aos antigos movimentos de revolução; “as ruas da capital apareceram invadidas por gente que levavam ao peito autocolantes, com vermelho sobre negro, as palavras, Eu votei em branco, das janelas pendiam grandes cartazes que declaravam, negro sobre vermelho, Nós votámos em branco” (SARAMAGO, 2006, p.74).

O protesto silencioso das pessoas às ruas desafiando uma das restrições do estado de sítio que era justamente a de não permitir aglomerados de mais que cinco pessoas “mas as pessoas já eram cinquenta, quinhentas, cinco mil, cinquenta mil” (SARAMAGO, 2006, p.74), além de ressaltar a consciência coletiva da “culpa” pelo que haviam cometido, reforçam os laços fixados do que o escritor quer com o termo “lucidez”. É o demonstrativo de que as pessoas não devem se deixar estar acomodadas a ponto de não refletirem sobre seus governantes e suas atitudes, tampouco devem se guiar pelos direitos individuais, mas por um princípio de coletividade. E isso há que ser demonstrado. Assiste-se, do lugar vazio, branco, a formação de outro tratado ideológico. Ao instaurar um estado de sítio, as pessoas ocupam as ruas. As ruas ocupadas é também um cerco: um cerco ao poder cerceador.

As instâncias dominantes, evidentemente, tomarão cada gesto dos da cidade do voto em branco como suficiente para a criação de novas estratégias de desmantelamento do cisma. Do ato de manifestação pública, por exemplo, extrai uma situação excepcional de insurreição, conflito armado e por esta justificativa, decidem por deixar o lugar e instalar-se noutra cidade a fim de evitar “um morticínio” (SARAMAGO, 2006, p.75). A proposta de retirada múltipla é uma aposta do governo ainda na capacidade da população de não sobreviver a um estado de anarquia, sem uma figura superior que a represente. A retirada sem uma justificativa objetiva, apenas pelo entendimento de que uma revolta silenciosa se armava para a derrocada do governo é simbólica, marca o exílio de um modelo de poder.

Convém sublinhar, o silêncio que costura todos os protestos, denotando uma tomada de decisões que nasce de uma mudança de consciência: da resistência

para a ação. O silêncio e o branco são utilizados no romance como signos de recusa, do não-aceite ao imposto, de supressão à desilusão com seus representantes e com o modelo de representação, a busca por outra maneira de entender o funcionamento do sistema que os rege. Não está o simples interesse por assaltar o poder para depois cair na armadilha de serem incapazes de “fazer” com o novo lugar. É com o silêncio, domínio de uma razão acomodada, que escritor propõe uma população em busca de um diálogo permanente para que a estrutura social não caia no abandono e seja corroída por uma total fatalidade.

A cidade transformada em repartição, ainda sob o controle do poder superior à distância, está sujeita a absurdos maiores; se iniciará um novo percurso que revalidará os destinos e de seus habitantes. Os protestos silenciosos seguem: uma greve dos funcionários da limpeza, depois mulheres de vassouras e baldes a faxinarem as ruas. Mas, nada que afete diretamente a ordem geral. A ruptura desse estágio será dada com um atentado terrorista numa estação de metrô – tentativa frustrada dos que fugiram da cidade a fim de criar uma situação de descontrole num estado semianárquico. Até onde podem apostar seu lugar aqueles que figuram no comando de uma nação? O narrador reflete junto com o leitor o poder castrador das falsas ideologias, seus extremo-limites pela soberania permanente, a perda da consciência e da razão em nome de um modelo já defasado, mas pelo qual todos ainda creem ser o que melhor representa a situação. As técnicas de manipulação dos indivíduos e dos grandes contingentes de seres humanos não são marcas dos regimes totalitários; as tecnologias de controle e o exercício pleno do poder confiado a um pequeno grupo figuram em quaisquer democracias. Elas atuam e primam pela via do mando e da disciplinarização a todo custo.

Acuado, o ideal é o governo novamente recuar para o princípio de tudo: a barbárie. Se esta não é de um todo possível dada à lucidez do povo, a via é outro princípio: encontrar um bode expiatório. A qual fim poderiam chegar as investigações plantadas no início do mal branco? É quando, por associação ao estado

epidemiológico da cegueira branca (*Ensaio sobre a cegueira*), ao que todos foram reduzidos noutra época, voltará a ideia da busca, nos sobreviventes daquele mal, pelos reais culpados para o caso. O mal branco que os acometeram noutra época foi justamente o que os tornou (em parte) cidadãos lúcidos. Ao desfiar o rosário de barbárie que se sucedeu nos tempos de cegueira, o narrador coloca na boca de sua personagem os limites da loucura que se assiste contemporaneamente numa sociedade que se julga livre e regida por um grupo que se sente dono do poder. As loucuras assim justificadas se igualam aos episódios históricos do que foram os regimes totalitários ao redor do mundo ou aos modelos de exacerbado patriotismo que elevaram ao topo democracias como a dos Estados Unidos, que veem do alto de sua capacidade, a liberdade de intervirem, sem qualquer receio em qualquer país ao redor do mundo em nome da manutenção e coerência de uma ordem política.

A culpa é atribuída à mulher do médico, a única que não cegou no mal do outro tempo; reforça a denúncia se juntar ao fato um crime, a morte do cego malvado. E o Estado tem agora causa-crime. Tudo conduzirá para o desfecho da narrativa. Se a busca é por um culpado, porque em todos os casos, o senso comum diz que há de tê-lo, o culpado está arranjado, bastava levá-lo a assumir a culpa pelo ocorrido. O que não se faz entender para a personagem é o que ela tem a ver com o suposto movimento de subversão como aponta o governo. Todo *modus operandi* pauta-se no absurdo. O que assistimos é um pesadelo do qual parece impossível acordar. Já na afirmação de ser o voto em branco uma subversão instalam-se as contradições, afinal de contas o uso do voto em branco não é um direito legal? Em nenhum dos corpos de leis, que regem o Estado, nem em lugar algum, “na constituição, na lei eleitoral, nos dez mandamentos, no regulamento de trânsito, nos frascos de xarope” (SARAMAGO, 2006, p.232-233) está isto escrito que votar em branco é crime.

Toda a atuação do governo sobre a mulher do médico nulifica o movimento. Ainda que não tenha havido para isso nenhum mentor, ela investigada não

há como plantar antecipadamente nos brancos a denúncia de perseguição estatal. Tudo beira às linhas da loucura, porque a lógica que crê na regulação das coisas perde-se na de que todos os fenômenos não que ser explicados. E se explicações não encontram, fabricam-nas, é esta a lógica do poder. Toda a mídia, a falada, a escrita, a eletrônica, a digital recupera seu fôlego nesse itinerário e planta a notícia com fotos, frases de impacto e toda movimentação de um governo vitimado, mas coerente na sua própria defesa expressa no andamento das investigações; “E os títulos eram, a negro e a vermelho, Descoberto Finalmente O Rosto Da Conspiração, Esta Mulher Não Cegou Há Quatro anos, Resolvido O Enigma Do Voto Em Branco, A Investigação Policial Dá Os Primeiros Frutos” (SARAMAGO, 2006, p. 287).

É preciso então entender que o espaço ideológico e político desenhado pelo narrador se travestem do embate entre as tênues linhas da lucidez e as do desvario e as da demência. Não se trata de acreditarmos no embate entre valores positivos da democracia e valores negativos de uma ditadura e sua intolerância fundamentalista. A questão a que se propõe o narrador de lúcidos e loucos não é apoiar os brancos, muito menos o nome da democracia liberal ou ainda de rebaixá-la do ponto alto que alcançou, mas sim perceber que tudo parece estar regido mesmo por uma força muito bem arquitetada gerada nas coordenadas internas do poder a todo preço. Não estamos, portanto, diante de um simples drama de uma sociedade que vive seus dias últimos e os alvares de um novo modelo político e nem de um drama individual. *Ensaio sobre a lucidez* transcende os dramas coletivos e particulares e propõe uma reflexão bem mais ampla sobre as condições éticas do homem envolvido pela certeza da normalidade e dos valores corretos que caracterizam a sociedade contemporânea. O interesse do seu autor é pelo desassossego do leitor, levá-lo a refletir sobre a vulnerabilidade dos modelos arquitetados, o perigo que se esconde na aparência e a brutalidade com que o poder, num jogo sutil e delicado é capaz de impetrar contra a dignidade humana. O que resta para esses sujeitos além das promessas e soluções baratas,

fáceis, o que resta dessa suposta ética fundada no falso relativismo de respeito ao outro é algo que está para além do bem e do mal.

Uma possível resposta pode vir ancorada nos últimos atos que encerram o romance. Para a política o ato de loucura está em assumir riscos sem garantias numa espécie de aposta no nada, a título apenas de criar condições para sua própria legitimidade. O resultado dessa aposta é um salto no abismo, no escuro, a morte da lucidez. É pela mídia que vem a resposta para espalhar o bode expiatório elaborado pelo governo. Nessa nau de loucos, ainda haverá espaço para um “surto” de lucidez: o comissário designado para as ações do bode expiatório, ainda no meio das investigações, desiste de acusar a mulher do médico e, numa missão humanista, redige um artigo que é publicado num dos jornais; o texto expõe o que realmente se passou durante os cinco dias quando esteve à cata de provas para as acusações implantadas. Novamente o governo intervém e os jornais são apreendidos. O artigo, no entanto, torna-se *fake news*, termo sem confiança, uma vez que a verdade, outra vez é a imanada pelo Estado.

O ato do investigador confunde-se com o poder silencioso da escrita. Convém observar que, boa parte dos romances saramaguianos deixa-se marcar pela presença de personagens que funcionam como alter-ego do escritor. Já no *Ensaio sobre a cegueira*, um dos sobreviventes do mal branco leva o tempo de degradação da sociedade dos cegos a redigir um texto dando contas do que ia presenciando. Desenvolve para isso um novo jogo de símbolos que dê contas de alcançar os limites da nova realidade imposta. Agora, é esse comissário quem tem a ideia de registrar o desvario do poder. Ambos os atos se conjugam pela mesma interpretação: são atos de resposta contrária a alienação. A escrita como ato de negação do sistema, ainda que o que ela carregue seja incapaz de ser levado à prática, afinal, no *Ensaio sobre a lucidez* o poder ressurgiu com seus tentáculos contendo, paralisando, asfixiando lentamente a capacidade de subversão preconduzida pelos indivíduos que vão sendo postos numa redoma que os tornam incapazes da ação final.

O fim de tudo aqui é trágico: “O homem da gravata azul com pintas brancas veio por trás [do comissário] e disparou um tiro na cabeça” (SARAMAGO, 2006, p. 318); a mídia noticia o caso como mera perseguição dos rebeldes. Adiante, novamente o homem de gravata azul com pintas brancas: “A mulher aproxima-se da grade de ferro, põe-lhe as mãos em cima e sente a frescura do metal. Não podemos perguntar-lhe se ouviu os dois tiros sucessivos, jaz morta no chão”; o cão das lágrimas aparece e ao esticar o pescoço para o alto com um uivo arrepiante “outro tiro imediatamente corta” (SARAMAGO, 2006, p. 325).

Estas últimas cenas levam-nos a refletir que o Estado é uma farsa; que o poder e as ideologias podem se constituir em instâncias capazes dos maiores votos de insanidade a fim de garantir o domínio de suas verdades. O fim trágico dado aos inocentes do metrô e a morte do comissário de polícia, da mulher do médico e do cão das lágrimas recobramos que nem sempre a vontade da maioria é suficiente para a fundação de outros espaços frente aos dominantes. O desfecho também aponta para o entendimento de que as ideologias não se encontram estanqueis, nem fechadas ou reduzidas ao miolo dos grupos sociais. O ato de denúncia à mulher do médico nasceu no interior da própria população da cidade, o ato de tomada de consciência é dado a um integrante do poder dominador. Afinal, onde está uma unidade ou o epicentro das remodelações ideológicas? E o interesse coletivo defendido pelo Estado? Arturo Gouveia no texto “A epopeia negativa do século XX” recupera Adorno para compreender que os blocos hegemônicos da ideologia e os interesses parciais perderam-se ao longo desse século, “não se trata mais das ideias das classes dominantes e da estratégia destes se fazerem representantes de toda a sociedade”, e acrescenta “a consciência social como um todo tornou-se aparência” (2010, p. 43). Toda aparência, sabemos, tem seus custos.

Será a morte do cão das lágrimas a mais simbólica de todas porque foi o último que conseguiu uivar; um uivo que representa o grito dos mais inocentes, dos que no ínterim das barbáries históricas

ou as comuns no dia a dia não puderam gritar porque já morreram ou porque ainda são inocentes o suficiente para apenas calar. Ao trazer à cena dois cegos comentando os tiros que ouviram – “Ouviste alguma coisa, Três tiros, ... Mas havia também um cão aos uivos, Já se calou, deve ter sido o terceiro tiro, Ainda bem, detesto ouvir cães a uivar” (SARAMAGO, 2006, p. 325) –, o narrador reafirma o caráter pessimista que faz em relação à humanidade, porque além de prevalecer a instância do absurdo, a indiferença e a falsidade são os laços vivos que conduzem preso o homem em seu comodismo. É fácil compreender que o estágio de cegueira a que foram reduzidos noutro tempo, e o qual o escritor revisita nesse romance, é permanente. Estamos constantemente suscetíveis à astúcia da razão numa sociedade em que se estimulam comportamentos que sublinham a hipocrisia como perspicácia que conduz ao sucesso, ao triunfalismo e se torna norma para a aparência das coisas.

A lucidez descrita no romance é posta em causa pela loucura. Saramago reflete que o poder da ideologia dominante é mestre na capacidade de inverter posições. Essas três últimas mortes reforçam a pergunta: até onde esse poder vai, em nome de seu ideal? Até que ponto os lúcidos são loucos e os loucos lúcidos? O *Ensaio sobre a lucidez* é uma tentativa de sondar sobre os limites desses dois estágios e vai buscar seus lugares de força no íterim das relações humanas, da arrogância, da intolerância, do individualismo, das relações de poder e da monstruosidade que rege o interior de tais relações. O romance instaura uma via oblíqua acerca das continuidades históricas, prima pela ruptura, pela instância do questionamento constante acerca dos modelos comuns para que aí possa a humanidade testar seus próprios limites, rever suas posições. Por isso, a dúvida, o ir e vir da trama; nessas atitudes se esconde o romancista que no exame, análise, apreciação, provocação, experimentação quer fazer o leitor verificar o desempenho das engrenagens das ideologias que enformam a democracia. Quer que o leitor desenvolva suas próprias maneiras (ideológicas) frente a essa realidade. E alerta: a democracia não se

esgota no processo eleitoral e ela não é justificada apenas pela delegação de poder. A sua reinvenção é necessária para que não se perca na capacidade tão próxima de vir a ser reduzida num totalitarismo.

Ensaio sobre a lucidez define-se, portanto, como uma metáfora eloquente que além de expor as fragilidades e a deterioração de um sistema político, a natureza ilusória e o obsoletismo das ideologias que a sustém. Propõe com isso, a constante intervenção da sociedade a título de promover uma redistribuição dos eixos sobre o qual se apoiam os governos e os cidadãos. É também uma parábola sombria sobre o desleixo a que vamos reduzindo as formas possíveis de habitar o mundo.

3 Considerações finais

A literatura pode viver até de uma forma conflituosa com a ideologia. O que não pode é viver fora da ideologia. Não se pode imaginar a literatura como expressão de um pensamento e de uma sensibilidade, vivesse num meio de tal forma asséptico que pareceria que se bastaria a si própria, embora fosse depois lícito perguntar que tipo de conflitos é que ela iria abordar. Entendida assim, a ideologia é comum de todos, mesmo nos conflitos, nas suas tensões e contradições internas. (SARAMAGO, 1998, p. 53)

Ao tomar a democracia como questionamento, o escritor vê-la dominada pelo sectarismo e a compreende fadada, como instituição falida e passível aos mesmos procedimentos e à brutalidade dos regimes ditatoriais. A incapacidade do governo de interrogar sobre o motivo do voto em branco, em detrimento da causa de subversão do povo ao regime reflete o cinismo das democracias atuais; “a fórmula”, citamos Slavoj Žižek, “já não é o clássico enunciado marxista do ‘eles não sabem, mas é o que estão fazendo’; agora, é ‘eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo’.” (1996, p. 14). Do que o governo padece é da ignorância, não a de não saber, mas a da acomodação.

Pelas vias da ficção José Saramago compõe o mote para a possível saída de um impasse: o descrédito da capacidade de organização popular e sua intervenção no terreno dos assuntos públicos, a deformação dos modelos políticos que nos regem, a

necessidade de um debate coletivo acerca dos direitos humanos, dos limites do poder, do que é o exercício da liberdade e onde reside a capacidade de representação dos interesses e necessidades do bem comum. Entendendo que a literatura é um lugar de permanentes forças dentre as quais se entrecruzam os lugares sociais, o escritor português a vê como território de elucidação. Eis, pois, seu lugar ante as ideologias ou sua nova ideologia: submeter a ideologia corrente à compreensão de sua estrutura, suas regras e implicações, seus objetivos e meios a fim desconstruí-la e propor uma desestabilização da sua fachada. A sua maneira de revisão das coisas cumpre o propósito de uma ideologia que prima pelo questionamento permanente dos valores que vimos moldando como suporte ao modelo social que criamos. Para isso, não é suficiente o desvelamento das formas; o escritor arquiteta um novo conjunto de ideias tomando do seu poder enquanto usuário ativo da palavra e pela capacidade de efabulação dos fatos propõe um modelo ideológico outro, delimitado como um exercício a ser cumprido ininterruptamente contra as formas instituídas e destituído de uma relação com uma “realidade positivamente determinada”. Certo que deixamos em algum lugar nossa capacidade questionadora sobre a ordem do mundo e nossa capacidade de atuação, o escritor vem refletir sobre os limites da mediocridade, da ignorância e do medo que parecem ter tomado conta de nós e nos afastado cada vez mais de nós mesmos enquanto seres sociais e políticos.

Mesmo estando situados no entre-séculos XX e XXI, período no qual o mundo assistiu os limites da barbárie sob a face dos regimes totalitaristas e a banalização dos valores éticos, Saramago vem refletir que mesmo nos modelos democráticos que se dizem poços da liberdade, ainda não fomos capazes de conseguir alcançar o direito à dignidade. E o motivo dessa incapacidade está naquilo que o próprio autor em várias ocasiões denominou de “anestesia do espírito” para se referir ao estágio de alienação, fruto seja de uma frustração do que encontramos depois da luta, fruto seja de uma falta de esperança. A nova formação ideológica proposta define-se pela fuga

constante dessa asfixia da alienação, dada pela indignação, a participação e a constante reinvenção como signos para uma construção possível de novas formas de habitar o mundo, isso porque entende ele que a literatura não é nem mais nem menos que parte da vida e deve, portanto, ser lugar de debate acerca das premissas que estruturam e legitimam os jogos ideológicos que regem os gestos e as atitudes humanas que por fim constituem a sociedade.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”. In ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-141.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLONCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1988.
- CERDEIRA, Teresa Cristina. “Espaços concentracionários e as crises da utopia: Sartre e Saramago”. In: BUENO, Aparecida de Fátima; FERNANDES, Annie Gisele; GARMES, Hélder; *et alli. Literatura Portuguesa: história, memória e perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2007, p.357-364.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GOUVEIA, Arturo. “A epopeia negativa do século XX: a filosofia da não-identidade em Adorno” In: *Escritos adornianos*. João Pessoa: Ideia, 2010, p.25-121.
- REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. Organização de Fernando Gómez Aguilera. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WHITE, Hyden. *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correio de Franca Neto. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. "O espectro da ideologia". In: *Um mapa da ideologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

OLIVEIRA NETO, Pedro Fernandes. Literatura e engajamento em José Saramago. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. 82, jan. 2020. ISSN 1982-2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/14196>. Acesso em: _____. doi:<https://doi.org/10.17058/signo.v45i82.14196>.